INFORMATIVO TRT2 Atos normativos da semana



N. 1

Período: 10 a 14 de janeiro 2022



Portaria n. 4/GP.CR, de 14 de dezembro de 2021

Altera a Portaria n. 9/GP.CR, de 18 de abril de 2017, no que se refere à juntada de arquivos de áudio e de vídeo no Sistema PJe e no Acervo Eletrônico disponível na página eletrônica do Tribunal.

Portaria n. 1/DGA, de 3 de janeiro de 2022

Altera as Portarias n. 4/DGA, de 16 de janeiro de 2017, n. 7/DGA, de 22 de janeiro de 2018, n. 16/DGA, de 5 de março de 2018, n. 57/DGA, de 26 de dezembro de 2018, n. 1/DGA, de 23 de janeiro de 2019, n. 32/DGA, de 25 de setembro de 2019, n. 34/DGA, de 21 de outubro de 2019, n. 37/DGA, de 21 de novembro de 2019, n. 39/DGA, de 11 de dezembro de 2019, n. 5/DGA, de 7 de fevereiro de 2020, n. 15/DGA, de 6 de julho de 2020, n. 20/DGA, de 11 de setembro de 2020, n. 24/DGA, de 18 de dezembro de 2020, n. 1/DGA, de 18 de janeiro de 2021, n. 3/DGA, de 24 de fevereiro de 2021, n. 11/DGA, de 5 de julho de 2021, n. 15/DGA, de 10 de setembro de 2021 e n. 18/DGA, de 18 de

Portaria n. 4/DGA, de 6 de janeiro de 2022

Altera as Portarias DGA n. 5/DGA, de 15 de janeiro de 2018, n. 13/DGA, de 15 de fevereiro de 2018, n. 52/DGA, de 5 de dezembro de 2018, n. 26/DGA, de 4 de julho de 2019, n. 28/DGA, de 24 de julho de 2019, n. 34/DGA, de 21 de outubro de 2019, n. 3/DGA, de 14 de janeiro de 2020, n. 15/DGA, de 6 de julho de 2020, n. 23/DGA, de 25 de novembro 2020, n. 7/DGA, de 23 de abril de 2021, n. 16/DGA, de 9 de novembro de 2021 e n. 20/DGA, de 14 de dezembro de 2021, que designam servidores para atuarem como Gestores e Fiscais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 1/GP, de 7 de janeiro de 2022

Institui a Política de Gerenciamento de Incidentes Cibernéticos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 2/GP, de 7 de janeiro de 2022

Redefine a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 3/GP, de 7 de janeiro de 2022

Altera o Ato n. 45/GP, de 25 de setembro de 2018, para tornar obrigatória a criptografia dos notebooks do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

novembro de 2021, que designam servidores para atuarem como Gestores e Fiscais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Órgãos de interesse

STF

Edital de Abertura de Inscrições - STF

Comunica que estão abertas as inscrições para membro do Conselho Nacional do Ministério Público.

CNJ

Recomendação n. 123/CNJ, de 7 de janeiro de 2022

Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Resolução n. 439/CNJ, de 7 de janeiro de 2022

Autoriza os tribunais a instituírem programas de residência jurídica.

Resolução n. 440/CNJ, de 7 de janeiro de 2022

Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à

CSJT

Ato n. 6/CSJT.GP.SG. SETIC.NUGOV, de 12 de janeiro de 2022

Extingue o Comitê Técnico Temático de Engenharia de Software - ctEngSoft e o Comitê Técnico Temático de providências. Redes – ctRedes

Ato n. 1/CSJT.GP.SG.SETIC. República NUGOV, de 6 de janeiro de 2022

Altera o Ato n. 78/CSJT.GP. janeiro de 2022 SG.SETIC.NUGOV, de 8 de novembro de 2021, que aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e n. 95, de 26 de fevereiro Comunicação da Justiça do Trabalho (PDTIC-JT) para o período de 2021 a 2022.

Ato n. 3/CSJT.GP.SG. ASSJUR, de 7 de janeiro de 2022

Altera a Resolução n. 87/CSJT, de 25 de novembro de dezembro de 2021 de 2011, que dispõe sobre os ajustes que tenham por objeto a administração dos depósitos judiciais, precatórios, requisições de pequeno valor, serviço de pagamento de pessoal e cessão de espaço físico no

Congresso Nacional

Lei n. 14.301, de 7 de janeiro de 2022

Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar) e dá outras

Presidência da

Decreto n. 10.930, de 7 de

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar de 1998, de decretos normativos.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Resolução n. 545, de 22

Reconhece a Psicomotricidade como recurso do terapeuta ocupacional.

Resolução n. 547, de 30 de dezembro de 2021 Reconhece a

Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

Portaria n. 7/CNJ. de 14

de janeiro de 2022 Institui Grupo de Trabalho para elaboração de estudos e propostas visando à melhoria da atuação do Poder Judiciário no ambiente de infraestrutura brasileira. âmbito da Justiça do
Trabalho de primeiro e
segundo graus, para prever
a realização de
ressarcimento por
descentralização nos casos
de cessão de espaço físico
no âmbito da Justiça do
Trabalho de primeiro e
segundo graus.

Psicomotricidade como recurso do fisioterapeuta.

Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272 CEP 01302-906 - São Paulo - SP Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



